

O FÓRUM DE EJA/ES NA LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO: desafios de uma agenda comum em tempos de pandemia

*Edna Castro de Oliveira
Karla Ribeiro de Assis Cezarino
Carlos Fabian de Carvalho*

Resumo

Reafirmando a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como direito público subjetivo e a universalização do acesso à educação como dever constitucional, o texto analisa a práxis produzida pelo Fórum de Educação de Jovens e Adultos do ES vinculada à extensão universitária, em articulação com o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA) e movimentos sociais urbanos e do campo. Têm-se como aporte epistemológico Paulo Freire e estudiosos do campo dos movimentos sociais, dentre eles Alonso (2009), Bringel (2020, 2012) e Carlos (2017, 2009). O papel do Fórum/EJA/ES como movimento social, na relação com o Estado, bem como as oportunidades políticas de atuação em rede na construção, proposição e defesa de políticas públicas junto aos diferentes coletivos que atuam na luta pelo direito à educação, são investigados. Utilizando ferramentas analíticas da área, as ações coletivas, no período de pandemia, são estudadas a partir de contextos e instâncias específicas, em que diferentes sujeitos demandam cuidado e requerem condições básicas para a manutenção da vida diante do descaso do Estado. A produção de uma agenda comum torna-se uma busca, por meio de ações conjuntas com outros movimentos sociais, indicando avanços no reconhecimento da pluralidade, no âmbito dos vários segmentos, e suas reivindicações em defesa da educação e dos direitos da classe trabalhadora, nas diferentes realidades vividas pelos sujeitos da EJA, em suas singularidades, e como essas se materializam em processos de resistência.

Palavras-chave: direito à educação; movimentos sociais; políticas públicas; agenda comum.

THE YAE/ES FORUM IN THE STRUGGLE FOR THE RIGHT TO EDUCATION: challenges of a common agenda in times of pandemic

Abstract

Reaffirming Youth and Adult Education as a subjective public right and the universalization of access to education as a constitutional duty, the text analyzes the praxis produced by the Youth and Adult Education Forum of ES as part of the university extension program, the Center of Youth and Adult Education and the urban and rural social movements. Paulo Freire and scholars in the field of social movements as Alonso (2009), Bringel (2020, 2012), Carlos (2017, 2009) among others, are the main epistemological contribution to this work. The role of the YAE Forum/ES as a social movement, in its relationship with the State, the political opportunities for networking with different groups, that work in the fight for the right to education, in the construction, proposition and defense of public policies, are investigated. Using analytical tools in the area, collective actions, during the pandemic period, are studied from specific contexts and instances, in which different subjects demand care and require basic conditions to maintain life in the face of State neglect. The production of a common agenda is pursued, through joint actions with other social movements, indicating advances in the recognition of plurality, within the various segments and their claims in defense of education and the rights of the working class, in different realities experienced by YEA students, in their singularities and how these reify in processes of resistance.

Keywords: right to education; social movements; public policy; common agenda.

EL FÓRO DE EJA/ES EM LA LUCHA POR EL DERECHO A LA EDUCACIÓN: desafíos de una agenda común en tiempos de pandemia

Resumen

Reafirmando la EJA como un derecho público subjetivo y la universalización del acceso a la educación como un deber constitucional, el texto analiza la praxis producida por el Foro de Educación de Jóvenes y Adultos del Espíritu Santo/Brasil, vinculado a la extensión universitaria, en conjunto con el Núcleo de Educación de Jóvenes y Adultos y movimientos sociales urbanos y rurales. El aporte epistemológico es de Paulo Freire y académicos del campo de los Movimientos Sociales como Alonso (2009); Bringel (2020, 2012), Carlos (2017, 2009) entre otros. Son investigados el papel del Foro/EJA/ES como movimiento social, en la relación con el Estado, los espacios políticos de trabajo en red en la construcción, propuesta y defensa de políticas públicas junto a diferentes colectivos, que trabajan en la lucha por el derecho a la educación. Utilizando herramientas de análisis en el área, se estudian las acciones colectivas durante el período pandémico desde contextos e instancias específicas, en las que diferentes sujetos demandan cuidados y requieren condiciones básicas para el mantenimiento de la vida ante el abandono del Estado. La producción de una agenda común se convierte en una búsqueda, a través de acciones conjuntas con otros movimientos sociales, indicando avances en el reconocimiento de la pluralidad, dentro de los distintos segmentos y sus reclamos en defensa de la educación y los derechos de la clase trabajadora, en las diferentes realidades vividas por Sujetos de EJA, en sus singularidades y cómo estos se materializan en procesos de resistencia.

Palabras clave: derecho a la educación; movimientos sociales; política pública; agenda común.

INTRODUÇÃO

Diante do contexto político vivido pela sociedade brasileira, em que os direitos sociais têm sido destruídos e as conquistas alcançadas pelas lutas sociais têm sido desmontadas, somos instigados a refletir sobre as formas de atuação dos movimentos sociais, buscando explorar alguns fundamentos teóricos deste campo, em suas contribuições, para a compreensão da atuação do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Espírito Santo (Fórum de EJA/ES) no atual momento histórico.

Em face do obscurantismo político, do avanço do conservadorismo que ameaça e cerceia a liberdade de homens e mulheres como sujeitos, do acirramento das lutas no campo ideológico, em que a ética do mercado tenta distorcer a vocação do ‘Ser mais’ de Freire (1987, p. 42), torna-se necessário ler o momento histórico como parte de um período *sui generis* na história da humanidade. Em escalas local e global, vivenciamos o agravamento da crise de acumulação capitalista, que reserva para poucos o domínio de bens e riqueza, e se mantém à custa da miséria e da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora.

Como fenômeno global, observam-se retrocessos nos campos democrático e de direitos. Segundo Bringel (2020, p. 175), “[...] vivimos, assimismo, em sociedades resquebrajadas por profundas desigualdades [...] y con los servicios públicos desmantelados por décadas de neoliberalismo que, más allá de la economía, también impregnó fuertemente las subjetividades individuales y colectivas”. Essa situação tem se agravado com a pandemia de covid-19, que se “expandió en nuestro mundo acelerado e interconectado con una rapidez increíble, desbordando a todos y convirtiéndose en un acontecimiento histórico único” (p. 175).

Nesse contexto, Freire (1987, p. 16) nos chama a refletir quando alerta para o fato de que “mais uma vez os homens desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem a si mesmos como problema [...] o problema de sua desumanização [que como] problema central, assume hoje caráter de preocupação iniludível”.

Essa preocupação segue ocupando o quefazer de todas as pessoas que têm como perspectiva o bem comum na busca de condições de afirmação da dignidade humana. As crises mostram “[...] el valor de los bienes públicos fundamentales y su compleja gestión a través de las redes institucionales, pero también a través de la participación, de los trabajadores, los usuarios [...]”. La gestión de los bienes comunes necesita una regulación y una participación desde abajo” (PORTA, 2020, p. 178). No entanto, o que se observa no Brasil é uma desqualificação e desvalorização do serviço público com a restrição dos canais de participação da população nas decisões. Temos assistido a um aumento das desigualdades sociais, que se tornam cada vez mais aprofundadas, sendo que a população mais pobre e os grupos mais vulneráveis são os mais afetados no enfrentamento da pandemia.

O desemprego já afeta cerca de 14,8 milhões de brasileiros, 33,2 milhões de pessoas subutilizadas e 6 milhões de desalentados (IBGE, 2021) vivendo em situações precárias de moradias, saneamento básico e com condições mínimas de subsistência. O aumento da fome se faz notório pelo desmonte das políticas sociais em pleno contexto pandêmico, o que leva o país a abrigar atualmente cerca de 19 milhões de pessoas que têm passado fome e vivido em extrema pobreza (LACERDA, 2021). Ante este quadro, de crise civilizatória, abre-se para os movimentos sociais o desafio de reivindicar a necessidade da responsabilidade pública, ao mesmo tempo em que são provocados a mobilizar ações de solidariedade. Nesse sentido, Porta (2020, p. 177) evidencia que,

[...] frente a las manifiestas insuficiencias del Estado y, más aún, del mercado, las organizaciones de los movimientos sociales se constituyen [...] em grupos de apoyo mutuo, promoviendo la acción social directa ayudando a los más necesitados. Así pues, producen resistencia al responder a la necesidad de solidaridad.

Essa reflexão possibilita-nos considerar que o Fórum de EJA/ES vem operando no sentido de compor redes de solidariedade e elaborar propostas em defesa do direito à vida e à educação. Dentre as formas de desqualificação de um bem público fundamental, a educação tem sido uma das áreas mais afetadas. Anterior ao contexto da pandemia, o ajuste fiscal efetivado pela Emenda 95/2016, que, durante 20 anos, impede o aumento de investimentos, pelo congelamento de recursos financeiros federais, vem impactando os serviços públicos e as políticas sociais, intensificando a precarização de tais serviços e comprometendo o acesso da população (DIEESE, 2016). Com relação à educação, esse impacto ameaça o avanço na efetivação de compromissos assumidos pelo Estado, para cumprimento das Metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2015-2024), acirrando, assim, as desigualdades educacionais.

No tocante à EJA, essas desigualdades são afirmadas pelo relatório do 3º Ciclo de Acompanhamento do PNE, quanto à meta 8, da elevação de escolaridade da população de 18 a 29 anos. Os dados revelaram taxas relativamente lentas de crescimento, no período de 2012-2019. “Em 2019, a população residente no campo teve uma média de escolaridade de 10,0 anos de estudo, ao passo que a residente em áreas urbanas uma média de 11,8” (BRASIL, 2020, p. 48). Isso indica a distância na efetivação da meta de elevação de escolaridade para, no mínimo, 12 anos de estudo da população do campo, bem como reafirma as “desigualdades de raça/cor, e a razão entre a escolaridade de negros e não negros [que] era de 89,8%, em 2019, ou seja, 10,2 p.p. distante de uma situação de igualdade” (p. 48).

No que se refere à meta 9, que prevê elevar a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais, observa-se um descompasso, uma vez que se alcançou, em 2019, “a taxa de alfabetização de 93,4%, que estava prevista para 2015, estando assim 6,6 p.p. abaixo da proposta para 2024” (BRASIL, 2020, p. 52). Os indicadores seguem afirmando as desigualdades entre as taxas de

alfabetização de residentes do campo (82,9%) em relação aos residentes urbanos (95,1%). Reafirmam-se também as desigualdades entre “as taxas de alfabetização de negros (91,1%) e brancos (96,4%) [...], embora a diferença tenha diminuído no período de 2012 a 2019. Prevaleceu também a desigualdade com relação à taxa de alfabetização dos 25% mais pobres (87,5%) e dos 25% mais ricos (97,8%), em 2018” (p. 52).

Observa-se, nas metas da EJA, o quanto a população do campo é marcada pelas desigualdades educacionais. Em função disso, os movimentos sociais do campo têm protagonizado “as lutas sociais pelo direito à educação, configuradas desde a realidade da luta pela terra, pelo trabalho, pela igualdade social, por condições de uma vida digna de seres humanos” (CALDART, 2009, p. 39). O Fórum de EJA/ES tem sido participante dessas lutas.

A não prioridade assumida pelo Estado, para com a educação e demais áreas estratégicas, antecede ao momento pandêmico. Nesse contexto, os movimentos sociais passaram a pressionar e reivindicar em favor da criação de novas relações, de dentro de uma crise dramática que nos assinala a necessidade de mudanças no trato com a natureza e de cooperação entre nós mesmos, “[...] un cambio, un cambio radical que rompa con el pasado, y un cambio complejo que vaya de la política a la economía, de la sociedad a la cultura” (PORTO, 2020, p. 177). Nesse sentido, a defesa do retorno à normalidade, em tempos de incertezas, em que a letalidade da pandemia ceifou mais de 550.000 vidas, segundo dados do Painel Coronavírus Brasil (BRASIL, 2021), torna-se uma ameaça à vida da população, sendo os mais pobres as principais vítimas.

O texto organiza-se em três partes, acrescido desta introdução, e algumas ponderações finais. Na primeira parte, exploramos alguns fundamentos das teorias dos movimentos sociais, destacando a sua complexidade, o que nos provoca a uma releitura das principais teorias e suas interfaces, para a compreensão do papel dos movimentos sociais na contemporaneidade. Na segunda parte, refletimos sobre a ação do Fórum de EJA/ES como movimento social, historicizando seu percurso e explorando a compreensão das relações entre Estado e sociedade civil, a partir dos repertórios de interação mobilizados e oportunidades políticas vivenciadas. No terceiro momento, analisamos, a partir de fontes empíricas, as principais estratégias de ação coletiva desenvolvidas pelo Fórum nas lutas, junto a outros movimentos urbanos e do campo, em prol do direito à educação, na busca de construção de uma agenda comum. Ao final, algumas ponderações são feitas sobre os desafios que se colocam para os movimentos sociais, em tempos de destituição de direitos, da supremacia do mercado e da necessidade de afirmar a “prática da ética universal do ser humano” (FREIRE, 1996, p. 19).

REFLEXÕES SOBRE AS PRINCIPAIS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A ação coletiva tem se constituído desde a década de 60 e vem passando por transformações significativas que envolvem novas questões de ordem empírica, teórica e metodológica, tornando-se um dos maiores desafios de compreensão nas ciências sociais. As produções de Bringel (2012), Alonso (2009) e Carlos (2017), dentre outros, explicitam a complexidade e dinamicidade do processo de construção do campo das teorias dos movimentos sociais, bem como os desafios deste em compreender a multiplicidade de formas de organização, práticas de mobilização, políticas de interação e atuação na contemporaneidade.

Embora o debate teórico acerca da ação coletiva tenha, nos últimos anos, ampliado seus canais de interlocução em espaços de formação e produção acadêmica em nosso país, há um consenso entre os(as) pesquisadores(as) de que suas contribuições tiveram uma adesão tardia no Brasil. Segundo Bringel (2012), essa presença tardia deu-se por uma confluência de fatores, tais como: a perspectiva anti-imperialista presente na América Latina, a marca estruturalista na teoria social produzida no Sul, bem como a divergência entre as produções do Norte, tidas como

institucionalizadas, e a ênfase culturalista das leituras europeias. Essa última, tornou-se “mais atrativa para um contexto brasileiro de transição política à democracia em que a ‘autonomia’ era uma palavra-chave” (BRINGEL, 2012, p. 44).

É a partir da década de 90 que a teoria norte-americana da ação coletiva dos movimentos sociais começa a ter repercutidas as suas contribuições no Brasil, conformando novos estudos acerca das dinâmicas de mobilização e confronto das ações coletivas, com o surgimento de novas categorias. Tais estudos tiveram como principais focos o aprofundamento da compreensão acerca de temas como a dicotomização entre Estado e movimentos sociais, os fatores mobilizadores, os repertórios e as estéticas criadas nas pautas de reivindicação e na ação de confronto, a pluralidade de formas de interação dos movimentos sociais com as instâncias institucionalizadas, táticas de mobilização de recursos, bem como modelos de gestão criados no processo de constituição dos próprios movimentos (BRINGEL, 2012).

Atenta a essa dinâmica, Alonso (2009) busca historicizar os diferentes contextos e arenas de disputas presentes no processo de constituição do campo teórico da ação coletiva. Ela discute os principais aspectos, as contribuições e os limites que se apresentam nas três diferentes perspectivas: Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), Teoria do Processo Político (TPP) e Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

Essas diferentes teorias foram se constituindo a partir de uma práxis político-acadêmica de abertura para as interpeleções, críticas e revisões entre os sujeitos que se debruçaram sobre o tema da ação coletiva. Dessa maneira, ao identificarmos os principais aspectos de cada teoria, não estamos retirando-as do seu contexto de produção nem desconsiderando as suas intercessões conceituais, mas nos lançando a um exercício didático-metodológico que tem como objetivo o estreitamento da relação com leitoras e leitores.

Tanto na TMR quanto na TPP e na TNMS, o repertório consiste em uma categoria central para a análise das práxis políticas dos movimentos sociais. Bringel (2012, p. 46), ao historicizar a produção de Tilly (1929-2008), afirma que o pesquisador compreende o “repertório de contestação” como um conjunto de formas de ação política que emergem a partir de um conflito em um determinado contexto histórico. Esses repertórios ora são analisados como práticas rotineiras e, em alguns momentos, até repetitivas, ora como inovadoras, imprevisíveis, resultantes da ação criativa coletiva que emerge, mais recentemente, a partir de uma multiplicidade de pautas e formas de mobilização.

Os estudos de Alonso (2009), Carlos (2017) e Bringel (2012) apresentam contribuições que nos auxiliam na identificação de aspectos fundamentais de cada teoria, suas aproximações, distanciamentos, bem como suas contribuições para a compreensão do papel dos movimentos sociais.

Ao analisarmos a TMR, observamos sua busca em explicar os processos de mobilização, entendendo que a ação coletiva somente se efetiva com recursos materiais, humanos e de organização. Trata-se de um movimento teórico que racionaliza a atividade política, imprimindo foco em uma pauta que privilegia os processos de burocratização e hierarquização dos movimentos sociais, negando ideologias e valores na conformação das mobilizações coletivas, demarcando a cultura ao lugar marginal.

Em relação à TPP, Tarrow (2009, p. 38) destaca o conceito de estrutura de oportunidades políticas (EOP), que consiste na possibilidade de componentes externos influenciarem de forma positiva ou negativa a atuação e organização dos movimentos sociais. Os sujeitos lançam mão do confronto político diante de mudanças do “[...] padrão de oportunidades e restrições políticas,

empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades que são usadas por outros em ciclos mais amplos de confronto”.

De formas distintas, tanto a TPP quanto a TNMS, segundo Alonso (2009, p. 53), são resultantes do esgotamento dos debates da teoria marxista “sobre as possibilidades da revolução. Ambas se insurgiram contra as explicações deterministas e economicistas da ação coletiva, e contra a ideia de um sujeito histórico universal [...] A TPP investe na mobilização política, enquanto a TNMS na mudança cultural”. Isso, segundo Touraine (1989), ocorre a partir da emergência da sociedade pós-industrial, em que a centralidade do trabalho é redefinida. Surgem novas dimensões simbólicas da vida, a considerar, em relação às minorias excluídas. Emergem, nesse complexo contexto, novos movimentos sociais, com demandas simbólicas, com modelos próprios de organização, cuja descentralização e desburocratização, nem sempre com ações dirigidas ao Estado, constituem-se como marcas da ação coletiva.

Carlos (2017), ao analisar a reconfiguração das relações entre os movimentos sociais e o Estado, no contexto brasileiro pós-anos 90, bem como os efeitos institucionais na ação coletiva, identifica uma pluralidade de práticas de interação que acabam desconstruindo a existência pura de uma perspectiva dicotômica entre as instâncias institucionais e os movimentos. Ao tomar como campo de análise o engajamento dos movimentos nessas instâncias, a pesquisadora constata, a partir das categorias de engajamento e gênese relacional, que a dicotomização presente na TMR, TPP e na TNMS acaba não oferecendo instrumentos conceituais e metodológicos que auxiliem na explicação das relações que são estabelecidas entre os movimentos sociais e o Estado.

Sem desconsiderar as contribuições das diferentes teorias que constituíram o campo da ação coletiva, Carlos (2017) aponta que movimentos sociais e Estado estabelecem relações de alta complexidade, multifacetadas. Em processos de formulação, assessorias, análises e avaliações de políticas públicas, os movimentos assumem como prática: “cooperação subordinada ou dependente, caracterizada por cooperação alta, conflito e autonomia baixo [...]; cooperação conflitual, qualificada por cooperação, conflito e autonomia alto [...]; interação conflitual, caracterizada por cooperação baixa, conflito e autonomia alto” (CARLOS, 2017, p. 342). Nessa perspectiva, os repertórios são disparadores de combinação criativa e diversa, de tradições históricas de interação Estado-sociedade.

A CONFORMAÇÃO DO FÓRUM DE EJA/ES COMO MOVIMENTO SOCIAL: GÊNESE E PROBLEMATIZAÇÕES

Abordar o Fórum de EJA/ES, como movimento social, requer historicizar sua gênese e analisar o percurso de sua constituição. Ao longo de sua atuação de mais de 20 anos, sua práxis vai sendo revista, em função de contextos específicos que passaram a demandar novas formas de atuação na relação com outros movimentos sociais, bem como em suas interações com o Estado e demais instâncias públicas.

O Fórum surge em 98, em contexto político marcado pela consequente redução do papel do Estado no seu dever de provisão dos bens fundamentais à vida da população e garantia dos direitos sociais. É um contexto em que “a educação e, em específico, a EJA sofrem os efeitos dos cortes de direitos trabalhistas, do arrocho salarial e de políticas de privatização que ocasionam crise nas universidades [promovendo] tensas relações na perseguição aos movimentos sociais” (OLIVEIRA, 2021, p. 18). Na gênese do movimento do Fórum local e da rede dos Fóruns de EJA do Brasil, temos como indução a preparação para V Conferência Internacional de Educação de Adultos (V CONFINTEA), em Hamburgo, Alemanha, 1997.

Em âmbito local, as políticas neoliberais implementadas no período, ao produzir o sucateamento das universidades públicas, afetaram as ações de ensino, pesquisa e extensão, em específico, na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Esse contexto de crise abriu passagem para formas alternativas de respostas às demandas da EJA, o que levou à criação do Fórum de EJA/ES como um projeto de extensão universitária vinculado ao NEJA. Suas ações iniciais são marcadas pela ênfase na formação demandada por educadoras(es) de jovens e adultos.

Destacamos que, em sua gênese relacional, o Fórum de EJA/ES configura-se numa relação não externa ao Estado, tendo em sua composição majoritariamente instâncias públicas: Delegacia Regional do Ministério da Educação (DEMEC), Universidade, estudantes de graduação da Ufes, Coordenação de EJA do Estado, educadores(as) de EJA dos municípios da Grande Vitória e Coordenação de EJA de Guarapari. Observa-se, nessa composição inicial, que o que orienta o surgimento do Fórum distancia-se das motivações originadas nas formas de organização dos movimentos sociais, tal como vimos na teorização do campo. No entanto, convergem na sua base inicial motivações político-acadêmicas no interior da instituição universidade, aliada à indução do contexto pós-Declaração de Hamburgo.

Ao longo de sua história, em meio a contextos distintos, o Fórum vai paulatinamente mudando a conformação de suas ações pela mediação de novas demandas que se complexificam, incorporando como marca de sua composição a pluralidade na interação com vários segmentos da sociedade civil envolvidos com a EJA. Passa a interagir com novos atores institucionais: Undime, Sistema S, Comissão de Educação da Assembleia Legislativa e Conselho Estadual, bem como movimentos sociais: Centro de Defesa de Direitos Humanos (CDDH), Movimento Negro, Sindicatos, mais recentemente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comitê de Educação do Campo e o Fórum Igrejas e Sociedade, mantendo como parte integrante de sua base os(as) educadores(as) de EJA, educandas e educandos, universidade e gestores dos sistemas municipais e estadual de educação.

Com essa composição plural, podemos tomar como referência alguns critérios para análise da atuação do Fórum de EJA quanto ao “nível de engajamento institucional: densidade, diversidade, durabilidade e deliberação”, conforme sinaliza Carlos (2017, p. 334). Dentre esses critérios, o de densidade talvez seja o que mais demandou do Fórum seu envolvimento em instituições públicas como “fóruns ou conferências setoriais, comissões ou comitês, convênios e programas governamentais” (p. 334), em âmbitos estadual e federal, no acompanhamento e formulação de políticas de EJA. O critério de durabilidade nos permite situar o movimento pendular de atuação e engajamento do Fórum, além da descontinuidade de sua atuação junto a órgãos do Estado, bem como na interação com outros movimentos. O critério de deliberação tem se constituído uma das referências que põem em relevo a atuação do Fórum quanto à sua participação em instâncias públicas, em que as propostas e posições encaminhadas são sustentadas e defendidas pelos seus representantes ante os órgãos de governo: Fórum Estadual de Educação, Fóruns Municipais de Educação, Conselho Estadual e Comissão de Educação da Assembleia Legislativa. As posições sustentadas têm concorrido para qualificar o nível de engajamento institucional do Fórum de EJA/ES e seu reconhecimento enquanto movimento social.

Atentas a esses critérios de análise, e a partir de um olhar focado no percurso de conformação do Fórum de EJA como movimento social, pode-se identificar deslocamentos desde sua gênese para compor relações de alta complexidade e multifacetadas (CARLOS, 2017). Aos poucos, seu engajamento institucional passa a envolver seus militantes em processos de formulação, assessorias, análises e avaliações de políticas públicas, na relação com o Estado. Nesse deslocamento, as interações e formas de cooperação, já sinalizadas, nos possibilitam situar a atuação do Fórum como uma forma de “cooperação conflitual, cuja autonomia e cooperação” (CARLOS,

2017, p. 342) se evidenciam. Assim, passamos a refletir sobre como essa relação de cooperação tem se dado na relação com o Estado, entre tensões e conflitos.

Relação Estado e sociedade civil: interações possíveis em defesa do direito à educação

No percurso de sua conformação, importa situar os deslocamentos produzidos pelo Fórum de EJA/ES, desde sua origem, vinculados às instituições, para compor interações com outros atores e movimentos sociais da cidade e do campo.

A temática que nos convoca a refletir sobre a atuação do Fórum, em defesa do direito à educação em tempos de pandemia, chama-nos a focar o contexto de crise política do país, agravada pela crise sanitária que, em função do negacionismo do governo Bolsonaro, tem apostado no desmonte do Estado, aprofundando retrocessos de conquistas da classe trabalhadora. O desprezo pela vida e a indiferença para com o sofrimento dos mais pobres têm provocado os movimentos sociais a construir redes de solidariedade. “[...] en especial aquellos que trabajan con las poblaciones sin hogar, indocumentadas, en prisión con compromiso del sistema inmunitario [argumentam] que a solidariedade social requiere tanto de distanciamento físico como de ayuda mutua” (WOOD, 2020, p. 190).

Com essa preocupação, desde a suspensão das aulas presenciais em todo o país, o Fórum de EJA buscou acompanhar o desencadeamento da crise sanitária, sem perder de vista que, a exemplo do contexto dos anos 90, temos, na base da crise política e econômica acirrada pela pandemia, a disputa das relações capital e trabalho, o que tem “gerado impactos e consequências profundas para a humanidade, [...] ampliando o empobrecimento e a miserabilidade da totalidade da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2020, p. 7). Atento às conexões dos contextos local e global, o Fórum passou a acompanhar de perto a forma avassaladora como o vírus passou a abater vidas, atingindo diferentes parcelas da população brasileira na cidade e no campo, em especial, “as populações mais vulneráveis, os mais pobres, que [...] estão fora do acesso aos direitos fundamentais de saúde, trabalho, segurança e educação, e que constituem, em sua grande maioria, a população que busca o atendimento da educação de jovens e adultos e idosos” (FÓRUM EJA/ES, 2020).

Em relação às condições de trabalho e escolaridade, dados do Instituto Jones (2020) evidenciam parte dessa realidade ao indicar que, até setembro de 2020, o ES, com uma população de 4.054 milhões de habitantes, e com 3,36 milhões em idade de trabalhar, “[...] a maior parcela dentre as pessoas [tem] ensino fundamental incompleto (30,3%), seguido pelo ensino médio completo (29,0%) e superior completo 15,6%”. Essas, trabalham na informalidade, por conta própria, todas sem carteira assinada ou deixaram de receber remuneração.

Nesse contexto, passamos a acompanhar, em interação com outros movimentos, as iniciativas do Estado no combate à pandemia, principalmente as decisões que, nas instâncias estadual e municipal, passaram a interferir diretamente na vida da população, desprotegida, que, para cumprir isolamento social, demandava a ação do Estado na provisão dos bens básicos, colocando em questão o direito à vida.

Quanto ao direito à educação, o Fórum exerceu, nesse período, uma certa cooperação conflituosa junto à Secretaria Estadual de Educação (SEDU). Esteve aberto ao diálogo, com gestoras estaduais, acerca das possíveis implicações da suspensão das aulas presenciais e da imposição das Atividades Pedagógicas não Presenciais (APNPs), instituídas pela Portaria n.º 048–R, de 02 de abril de 2020. Essas, submeteram professores(as) e estudantes a relações mediadas exclusivamente pelas novas tecnologias, comprometendo, na EJA, bem como nas demais etapas e modalidades, o acesso e permanência nos processos de alfabetização e escolarização.

O direito à educação, antes marcado por interdições, na pandemia, aprofunda-se, pela desigualdade, pela não condição de acesso dos educandos(as) à internet e a equipamentos, restringindo a efetividade das APNPs. Num primeiro momento, os repertórios de interação mobilizados junto ao Estado sinalizavam ganhos quanto à não utilização das APNPs, para cômputo da carga horária na EJA. Posteriormente, à medida que se aprofundava a crise sanitária e aumentava o tempo de suspensão das atividades escolares, o Estado ignorou o Parecer n.º 5 de 2020 do Conselho Nacional de Educação, que alertava para a especificidade da modalidade e sua legislação própria, enquadrando a EJA nas normas do ensino regular com o cômputo das APNPs e a lógica do *continuum* curricular.

Um outro momento conflituoso do Fórum em relação ao Estado se dá quando publicada a Portaria n.º 092-R/2020, na qual o direito à educação e à EJA foi frontalmente atacado. Ao estabelecer a organização do calendário escolar, carga horária e *continuum* escolar 2020-2021, desconsideraram os sujeitos para quem a modalidade se volta, criando a ilusão de um cumprimento das 800h via duplicação de carga horária no primeiro semestre e a inclusão de 5 horas diárias como parte da carga horária letiva, ou seja, um faz de conta que se legitima (FORUM EJA/ES, 2020b).

Somada a esse contexto conflituoso, desencadeia-se mais uma ação do Fórum, em função da mesma Portaria, ao considerar os estudantes da EJA que não atenderem às APNPs como desistentes, negando-lhes, dessa forma, o direito de seguir exercendo o direito. Na referida Portaria, não se observa, em relação à EJA, uma política de busca ativa, o que levou o Fórum a solicitar a revogação dos artigos que tratam da modalidade.

A maneira como o Estado tem lidado com a política de EJA durante a pandemia produziu efeitos nos municípios que aderiram à lógica de “faz de conta” na organização dos tempos, no *continuum* curricular e na manutenção das APNPs. Nessas circunstâncias, o Fórum tem sido demandado a criar novas formas de repertórios e de ação coletiva a partir das pautas e formas de organização emergentes.

O FÓRUM DE EJA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA COMUM

O contexto político que antecede e que desemboca no golpe jurídico-parlamentar de 2016, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff do poder, retoma e aprofunda a ofensiva de reformas das políticas neoliberais que passaram a ocupar a pauta do Governo. Essas reformas intensificaram o sucateamento dos serviços públicos e sua subordinação aos interesses do capital, em que as parcerias público-privadas ganharam mais foco. Passamos a vivenciar, no ES, um “alinhamento político do governo Hartung ao governo Temer, [pela] adoção da política neoliberal, [que incide no] fechamento de escolas no campo e na cidade, em território capixaba” (OLIVEIRA, 2021, p. 92).

Diante da necessidade de intervenção na realidade posta, ao celebrar os 20 anos de sua atuação, o Fórum de EJA/ES realiza, em 2018, o Seminário Popular em parceria com o Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo (COMECES). Desse encontro, resultou uma mobilização em torno do fortalecimento de ações coletivas na perspectiva de uma agenda comum. Em sua carta,

os movimentos sociais do campo e da cidade reunidos durante o Seminário Popular 20 anos do Fórum EJA e 10 anos do Comitê da Educação do Campo manifestam sua proposição de organização de uma agenda comum para enfrentamento das lutas sociais no contexto pós-eleitoral, em que vislumbramos uma dura pauta de ataque aos direitos da classe trabalhadora, de destruição da soberania nacional, entrega do patrimônio público e das riquezas nacionais ao capital estrangeiro, em cumprimento de uma agenda global e conservadora que

ascende ao poder por meio do Golpe midiático jurídico e parlamentar de 2016 (FORUM EJA/ES; COMECES, 2018).

Como parte da agenda comum, destacaram-se a luta contra o fechamento de turmas, turnos e de escolas, bem como o enfrentamento do Movimento Escola Sem Partido e o acompanhamento dos Planos Estadual e Municipais de Educação, promovendo a convergência de interesses por uma pauta unificada de lutas.

Mais do que nunca, durante a pandemia, o compromisso do Fórum com uma agenda comum tem demandado a articulação com outros movimentos “para, e nas lutas em defesa do Estado Democrático de Direito, da vida e do cuidado com a terra, no enfrentamento das crises econômica, política, social, ética e sanitária, que se entrelaçam” (NEJA, 2020). Em tempos de crise profunda, os movimentos sociais percebem as ameaças drásticas como oportunidade de mudanças para novas relações em defesa de interesses comuns. No entanto, essa oportunidade demanda ação coordenada que depende de solidariedade, sentimento de pertencimento a uma pauta, vínculos interpessoais entre os membros do grupo, adicionada a necessárias ações para a mobilização (ALONSO, 2009). Essa compreensão levou o Fórum e o Comeces a articularem com vários outros movimentos sociais a criação da Frente Popular em Defesa do Direito à Educação.

A Frente mobilizou a adesão de 21 segmentos da sociedade civil, caracterizando sua pluralidade e singularidade, assumindo a luta coletiva em favor do direito à vida, contra o retorno às aulas presenciais, a reivindicação da vacina para todos(as), o cumprimento dos protocolos de biossegurança, a denúncia do suposto diálogo nas interlocuções propostas pelas consultas públicas e a falta de transparência em relação aos dados educacionais.

Diante dos desafios e ameaças à vida, às condições de trabalho docente, às desigualdades de acesso e exclusão digital, a Frente tem buscado se constituir em uma rede de contestação e resistência criativa. Tem sido desafiada a operar com novas formas de repertório, colocando as tecnologias a favor da democratização do acesso e fortalecendo, assim, os vínculos de solidariedade no trabalho coletivo e no pertencimento das lutas em defesa do direito à educação.

Consta, nessa rede de resistência criativa, junto a outros movimentos, a participação do Fórum em oportunidades políticas de constrangimento do poder público, mediadas por expressões artísticas de denúncias do número de mortes no ES, ao mesmo tempo em que buscou dar visibilidade aos múltiplos repertórios criados neste contexto. No processo de delineamento de suas ações, podemos considerar que a Frente experimentou um período de intensa mobilização, com uma agenda comum de repertórios de atuação em redes, o que, de acordo com Carlos (2009, p. 10), integra um *continuum* temporal que tem se alternado no atual contexto com um período de “parca mobilização, [que se configura] como um fenômeno de mobilização cíclica, o que não desautoriza tratar a experiência do movimento ao longo de um *continuum*”.

Outras formas de atuação do Fórum seguem demandando análise, acompanhamento e vigilância no processo das relações institucionais ou na composição de uma rede de movimentos sociais. A hegemonia das mídias virtuais que continuam desafiando as possibilidades de apropriação ética e política dessas ferramentas, como nos alerta Freire (2000), requer que o Fórum de EJA/ES prossiga buscando fortalecer a rede de relações junto aos movimentos sociais em âmbitos local, nacional e global.

A LUTA EM MOVIMENTO

As reflexões sobre a temática em estudo suscitam o reconhecimento da complexidade do percurso vivido pelo Fórum de EJA/ES, o propósito do movimento, e a importância das lutas

travadas em defesa do direito à educação dos jovens, adultos e idosos. Em tempos de pandemia, a intensa mobilização produzida na busca de construção de uma agenda comum, constituiu um espaço formativo, de aprendizagens com outros movimentos sociais, em meio a conflitos, negociações, criações e afirmação da diversidade dos atores e de suas identidades coletivas.

O contexto político e pandêmico que segue desafiando a vida, chama-nos a batalhar por uma outra sociedade possível, em que, em vez da “competição, da acumulação privada, do individualismo, e da primazia do mercado sobre a vida e a minimização do Estado, [possamos seguir mobilizados] para a cooperação, a interdependência de todos com todos, e para a solidariedade” social (BOFF, 2020).

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, v. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZfPRqnWFXZ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020: sumário executivo*. Brasília, 2020. Disponível em: http://inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6974122. Acesso em: 14 ago. 2020.
- BRASIL. Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde. Brasília, 2021. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 22 jul. 2021.
- BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 3, p. 43-67, 2012.
- BRINGEL, Breno. Geopolítica de la pandemia, escalas de la crisis y escenarios en disputa. *Geopolítica(s) Revista de estudios sobre espacio y poder*, v. 11(Especial), p. 173-18, 2020. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/view/69310>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- BOFF, Leonardo. O princípio da autodestruição e o combate ao Covid-19. *Brasil 247*, 2020. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/o-principio-da-autodestruicao-e-o-combate-ao-covid-19-iyooxa03>. Acesso em: 17 jul. 2020.
- CALDART, Roseli Salette. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Trabalho Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- CARLOS, Euzeneia. Das teorias de movimentos sociais à análise de redes sociais. In: XXVII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires, 2009, Buenos Aires. *Anais [...]*. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009.
- CARLOS, Euzeneia. Cooperação e Conflito na Relação Movimentos Sociais e Estado. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 16, n. 35, p. 321-350, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2017v16n35p321/34247>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Nota Técnica PEC nº 241/2016: o novo regime fiscal e seus possíveis impactos. DIEESE, 2016. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec161novoRegimeFiscal.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Notas: Ana Maria Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2000.
- FÓRUM DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS; COMITÊ DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ES – FORUM EJA/ES; COMECES. *Carta dos Movimentos Sociais do Campo e da Cidade*. Vitória, 23 de novembro de 2018.
- FÓRUM DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – FORUM EJA/ES. *Proposições para oferta da EJA no contexto de pandemia e de pós-pandemia*. Vitória, abril de 2020.
- GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. Portaria nº 092-R 27 de agosto de 2020. Define procedimentos complementares para o calendário escolar do ano letivo de 2020 e as interfaces com o ano letivo de 2021, devido a Pandemia do Coronavírus, COVID-19, no âmbito da educação básica, nas unidades escolares da rede pública estadual do Estado do Espírito Santo, e demais providências. *Diário Oficial dos Poderes do Estado*, Espírito Santo, 28 ago. 2020. p. 35. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/portaria%20092-R.pdf> Acesso em: 28 nov. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional por amostra de domicílio. Desemprego. Rio de Janeiro, 2021.
- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Boletim de Mercado de Trabalho – 3º Trimestre de 2020. Vitória, 18 dez. 2020.
- LACERDA, Nara. Brasil tem 19 milhões de pessoas passando fome em meio à pandemia. *Brasil de Fato*, São Paulo, 05 abr. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/05/brasil-tem-19-milhoes-de-pessoas-passando-fome-em-meio-a-pandemia> Acesso em: 10 jul. 2021.
- NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Projeto de Extensão: apoio e articulação de jovens e adultos do ES. Centro de Educação. PROEX. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 01 ago. 2020.
- OLIVEIRA, Tatiana S. Machado de. *O fórum de educação de jovens e adultos do espírito santo e o direito à educação: lutas, contradições, desafios e perspectivas*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.
- PORTA, Donatella Della. Movimientos sociales en tiempos de Covid-19: otro mundo es necesario. In: BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (org.). *Alerta global: políticas, movimientos sociales y futuros em disputa en tiempos de pandemia*. Lima: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2020. p. 175-179. Disponível em: <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2020/08/Alerta-global.pdf> Acesso em: 19 dez. 2020.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Tradução: Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009. (Coleção Sociologia).
- TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, n. 17, p. 5-18, jun. 1989.
- WOOD, Lesley. Movimientos sociales como servicios esenciales. In: BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (org.). *Alerta global: políticas, movimientos sociales y futuros em disputa en tiempos de pandemia*. Lima: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2020. p. 175-179. Disponível em: <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2020/08/Alerta-global.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2020.

Submetido em mês de 20XX

Informações do(a)s autor(a)(es)

Edna Castro de Oliveira

Afiliação institucional: Universidade Federal do Espírito Santo – Professora voluntária, Centro de Educação, Departamento de Educação Política e Sociedade. Colaboradora no Programa de Pós Graduação em Educação do Centro de Educação-UFES

E-mail: oliveiraedna@yahoo.com.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0798-7090>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1029441038069805>

Karla Ribeiro de Assis Cezarino

Afiliação institucional: Universidade Federal do Espírito Santo – Centro de Educação – Departamento de Linguagens, Cultura e Educação.

E-mail: kakaber.ka@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7411-0910>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0450221868938200>

Carlos Fabian de Carvalho

Afiliação institucional: Professor da Rede Municipal de Vitória

E-mail: cfabiancarvalho@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4111-6053>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7733792703003043>